

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 122

**REPENSANDO OS JOGOS DE POLÍTICA
ECONÔMICA COM GOVERNOS
SINCERAMENTE ESTABILIZADORES**

William Ricardo de Sá

Setembro de 1998

Ficha catalográfica

304	Sa, William Ricardo de.
S111r	Repensando os jogos de política econômica com
1998	governos sinceramente estabilizadores. Belo Horizonte:
	UFMG/Cedeplar, 1998.
	31p. (Texto para discussão ; 122)
	1.Jogos de ação coletiva. 2.Escolha social.
	3.Interação social. 4.Política econômica. I. Universidade
	Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e
	Planejamento Regional. II. Título. III. Série.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

**REPENSANDO OS JOGOS DE POLÍTICA ECONÔMICA
COM GOVERNOS SINCERAMENTE ESTABILIZADORES**

William Ricardo de Sá

Professor do Departamento de
Ciências Econômicas da FACE-UFMG

CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
1998

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. JOGOS DE POLÍTICA ECONÔMICA: O FORMATO USUAL	08
3. REDESENHANDO OS JOGOS DE POLÍTICA ECONÔMICA.....	14
3.1. Uma breve nota sobre a natureza do Mal Público inflação	14
3.2. Esquemas de Coordenação de Expectativas: Uma Breve Digressão.....	15
3.3. Jogos de Política Econômica: Novas Molduras e Novos Atores	16
3.4. O Jogo da Estabilização (<i>2-Person</i>) com um Governo Fortemente Estabilizador	19
3.4.1. Governo Fortemente Estabilizador <i>Versus</i> Precificadores e Sindicatos Refratários à Estabilização	21
3.4.2. Governo Fortemente Estabilizador <i>Versus</i> Precificadores e Sindicatos Propensos à Estabilização.....	24
3.5. O Jogo da Estabilização (<i>2-Person</i>) com um Governo Moderadamente Estabilizador	25
3.5.1. Governo Moderadamente Estabilizador <i>Versus</i> Precificadores e Sindicatos Refratários à Estabilização....	26
3.5.2. Governo Moderadamente Estabilizador <i>Versus</i> Precificadores e Sindicatos Propensos à Estabilização	26
4. CONCLUSÕES.....	27
BIBLIOGRAFIA.....	29

1. INTRODUÇÃO

No debate sobre os jogos de política econômica, as preferências dos governos a respeito da prioridade à estabilidade dos preços são usualmente apresentadas como as de um jogador movido por um ordenamento de escolhas típico de um Dilema dos Prisioneiros. Convencer o público de que a política econômica adota aquela prioridade aparece, afinal, como a pré-condição básica para que se obtenha a inflação **inesperada** que viabilize uma ocupação de fatores **acima** da que se teria caso a política econômica de fato adotada fosse corretamente prevista pelo público, caso em que a economia estaria a operar à sua dita taxa natural de desemprego: este, sim, o resultado macroeconômico suposto como pretendido pelos gestores da política econômica.

Nesse sentido, ao invés de se conceber, normativamente, o governo atuando na busca do atendimento à minimização das perdas da sociedade, se imagina um governo empenhado, *stricto sensu*, na busca da maximização da sua função-objetivo -permanecer no poder-, para o que se imagina que contribua primordialmente um nível de emprego de recursos produtivos acima do que se obteria caso a anunciada política de prioridade à estabilização fosse, de fato, a implementada. Em especial nos períodos antecedentes às eleições em que estivesse em jogo a sorte dos gestores da política econômica, seria de se esperar por essa atitude oportunista dos governos, independente da sua orientação doutrinária (Nordhaus, 1975).

Contudo, imaginar-se um governo que encara a hipótese de provisão de uma política de estabilização nos termos de um Dilema dos Prisioneiros é imaginar-se um governo que, para todos os efeitos práticos, não encara como sua **real** prioridade o combate à inflação. O anúncio de uma política econômica com essa orientação seria, nessa linha, apenas o primeiro ato da tentativa de logro das expectativas do público a respeito. Uma vez que, em função dessas expectativas, se embutisse no cálculo econômico dos agentes privados os parâmetros de um cenário de inflação nula ou muito baixa, estariam dadas as condições ideais para que os governos, **como usualmente imaginados nos jogos de política econômica**, obtivessem o seu *mix* predileto de inflação *inesperada* e variação positiva do nível de emprego ou da renda.

Resta, pois, por considerar, para além da perspectiva de governos oportunistas *à la* Nordhaus (1975) e Alesina (1995), a hipótese de se ter **governos moderada ou fortemente comprometidos com a estabilidade dos preços**, o que exige abandonar o suposto de que o Dilema dos Prisioneiros seja boa expressão do seu ordenamento de preferências em relação à estabilização. Afinal, em um ambiente estratégico no qual o comportamento dos governos a respeito dos seus anúncios de política econômica importe para a escolha das estratégias de precificação dos agentes privados, e mantido o suposto de Governos Oportunistas, **não** se explicaria o sucesso de tantos programas de estabilização, em especial de economias superinflacionárias¹. Nessas condições, permaneceria em aberto a tendência a que as políticas-ótimas de combate à inflação padecessem de óbvia **inconsistência intertemporal**, o que comprometeria irremediavelmente as suas possibilidades de sucesso. Uma fragilidade que pode ser

¹ Aqui entendidas como economias com inflações altas e crônicas.

facilmente entendida a partir da forma usual de apresentação dos chamados **jogos de política econômica**.

2. JOGOS DE POLÍTICA ECONÔMICA: O FORMATO USUAL

Tradicionalmente, se discute a gestão macroeconômica e, em particular, a da política monetária, a partir de um corte simplificador que imagina dois possíveis regimes a sua estratégia-ótima de política econômica, uma vez definida a opção do setor privado. Por sua vez, o conjunto dos agentes econômicos privados, ciente da função de reação do governo às suas escolhas, trataria de eleger aquele estratégia que também preservasse, ao máximo, os seus ganhos (ou que limitasse as sua perdas ao mínimo possível).

Em especial quando da vigência desse segundo regime, o tema da **credibilidade** ganharia maior importância, já que deixaria de existir o compromisso (suposto como) irremovível com uma regra previamente estabelecida e amplamente conhecida de manejo da política monetária. Assim, qualquer governo oportunista se veria tentado a alterar os seus anúncios iniciais quanto às suas inclinações de gestão monetária, desde que isso se prestasse, *da sua ótica*, à obtenção de melhores resultados. A referência direta, no caso, se faz à inflexão (pró-inflacionária) **não prevista** da anunciada política de prioridade à estabilização, da qual deveriam resultar taxas de desemprego de fatores *abaixo* daquela que seria a sua taxa natural de desocupação², que, por definição, é a que se tem quando a real preferência de política econômica do governo é corretamente percebida pelo público (Simonsen, 1994, item 15.13).

Se, às vésperas de eleições onde se jogue o seu destino, a tentação dos governos (oportunistas) é blefar a respeito da sua devoção à estabilidade dos preços, o segredo do seu sucesso nessa empreitada dependeria da sua capacidade de operar uma inflexão expansionista da política econômica, não prevista pelo público.

E como o maior risco que corre o setor privado no seu jogo estratégico com o governo é exatamente o do logro de suas expectativas pela inflexão **não percebida** do anúncio de prioridade à estabilização, a adesão a lógicas de precificação ou de barganha salarial próprias de uma economia com preços estáveis dependeria, em princípio, do grau de **credibilidade** dos propósitos antiinflacionários do governo. Convenhamos, algo improvável de se obter em um regime de discreção submetido aos caprichos de um governo oportunista, como imaginado em Nordhaus (1975) e em Alesina (1995), a não ser na hipótese muito restritiva de se tratar com agentes econômicos absolutamente míopes e limitadamente retrospectivos: incapazes, pois, de antever o sentido estratégico dos movimentos pré-eleitorais dos governos e de se lembrar como esses teriam se dado às vésperas das eleições passadas.

Abandonado esse pressuposto restritivo a respeito dos agentes econômicos/eleitores, a reputação antiinflacionária dos governos e a credibilidade dos seus anúncios de política econômica se veriam em choque com a suspeita de inconsistência temporal da sua prioridade à estabilização, pelo menos nos períodos relevantes para a consolidação das preferências eleitorais do público.

² Ver, a respeito, Muth (1961); Sargent, Wallace (1976); e Scheffrin (1983).

Na imaginação de um jogo de estabilização simplificado entre apenas dois contendores -governo e setor privado- e centrado basicamente na gestão da política monetária, se podem imaginar, como posto na Figura 1, duas opções de política: uma, restritiva (MR), que implicaria a redução (eventualmente drástica) das taxas de variação da oferta de moeda; e outra, expansiva (ME), que, em última instância, expressaria a falta de prioridade ao combate à inflação.

Pelo lado do público, obviamente, se teriam duas hipóteses de antecipação ou de previsão da política econômica: esperar por MR ou por ME e, em função do escolhido, definir as suas estratégias de precificação ou de barganha salarial.

Figura 1

		Setor Privado	
		Antecipa MR	Antecipa ME
Autoridade Monetária	Escolhe MR	X2	X4
	Escolhe ME	X1	X3

A tentação esperada de qualquer governo oportunista que **não** valorize a estabilidade dos preços tanto quanto a sua obtenção ao menor custo possível -em termos de variação da renda e/ou do emprego- será sempre a de convencer o público de que praticará uma política monetária restritiva (MR), obtendo dele as estratégias consoantes com esta expectativa para, então, lográ-lo. Afinal, se isso se mostrar factível, mesmo da ótica da macroeconomia das expectativas racionais se conseguiria influenciar positivamente, em termos **reais**, variáveis como a renda/produto ou o emprego **-por suposto a maior prioridade do governo-**, ainda que apenas transitoriamente e a um custo eventualmente alto em termos da sua reputação de estabilizador.

Completando o argumento, na apresentação usual dos jogos de política econômica, a função-objetivo dos governos seria atendida de maneira decrescente, à medida que se caminhasse de X1 para X4.

Isso posto, se na Figura 2, a seguir, se adota MR ou ME e qualquer das duas políticas é **corretamente prevista** pelo público, se teria, ao fim do período t , uma inflação verificada (I_t) igual à esperada (I_{et}), e uma taxa de desemprego (D_t) igual à que seria a sua taxa natural (D^*t), a que acontece, como visto, quando se verifica a igualdade entre a inflação esperada e a efetivamente ocorrida.

Figura 2

Política Prevista	Política Adotada	Resultados Esperados		
MR	ME	$It > Iet$	$Dt < D^*t$	(X1)
MR	MR	$It = Iet$	$Dt = D^*t$	(X2)
ME	ME	$It = Iet$	$Dt = D^*t$	(X3)
ME	MR	$It < Iet$	$Dt > D^*t$	(X4)

**Baseado em Schotter (1990, p.144).

A diferença crucial entre essas duas situações de **correta** percepção pelos agentes econômicos da política que, de fato, acaba por ser praticada pelo governo é óbvia: no caso de ME, se deverá ter, ao final do período t , uma inflação -esperada e ocorrida- maior do que a que, *ceteris paribus*, se verificaria no caso de MR. E isso, sem qualquer ganho em termos da taxa de desemprego, que permaneceria no nível da sua taxa natural (D^*t). Em outras palavras

“Maior ou menor expansão monetária, desde que prevista, simplesmente provoca(...) mais ou menos inflação.” (Simonsen, 1994, p.424)

Contudo, o resultado que sugere que, nessa escolha, o governo sempre deveria preferir MR a ME fica obviamente prejudicado em um regime discricionário de formulação da política monetária, já que o público só teria a **plena** garantia de perceber corretamente as escolhas do governo em um outro regime, o de regra monetária conhecida. E como os governos, oportunistas como até aqui imaginados, sabem disso, permanecem propensos a tentar obter o seu melhor resultado: anunciar MR e praticar ME.

Afinal, supondo-se a opção inicial da política econômica por MR e a adequação das estratégias do setor privado a essa escolha, permaneceria a tentação e a possibilidade do governo alterar a sua prioridade anunciada, mudando a política para ME: com isso se obteria X1, o seu resultado preferido. Daí, a conclusão de Kydland, Prescott (1977) pelo “viés inflacionário” de uma economia na qual o governo possa determinar, ao seu alvitre, a oferta de moeda.

Nunca é demais reiterar, contudo, que essa tendência dos governos, se corretamente percebida pelo público, acabaria por apenas resultar na pobre combinação de aumento da taxa de inflação sem a contrapartida de qualquer variação real da renda e/ou do emprego, ou com variações apenas circunscritas ao espaço de tempo exigido para a adequação dos contratos econômicos à nova realidade de opção por ME. Um prazo que pode ser curtíssimo, se se incorpora à análise o aperfeiçoamento dos regimes de indexação de preços ou salários.

Mais ainda, na moldura usual desses jogos de política econômica, e da ótica desse tipo ideal de governo oportunista, o pior dos mundos seria adotar-se uma política restritiva (MR) que não desfrutasse de credibilidade junto ao público. Um dos resultados desse desencontro seria uma inflação menor do que a esperada pelo público, uma vez que, afinal, “...o mercado decide sobre os preços relativos e o Banco Central sobre o nível absoluto dos preços” (Franco, 1995, p.257). Contudo, a pouca disposição dos agentes econômicos para flexibilizar as suas estratégias de precificação e de barganha salarial, ao encontro da política restritiva (MR) agora suposta como bancada pelo governo, também teria como

conseqüência esperada uma taxa (verificada) de desemprego superior àquela que seria a sua taxa natural. Um cenário de baixa inflação e de alto desemprego de fatores produtivos é o que se anuncia, com todos os riscos de que, pelo pobre balanço apurado entre os custos e os benefícios da política econômica, acabem por se erodir as próprias condições de sustentação da prioridade à estabilização.

Sintetizando, se o governo implementa ME, cabem duas hipóteses: 1) o mal público inflação³ é inexistente, irrelevante ou secundário na agenda do governo, o que dispensa a prioridade à estabilização e permite a política monetária expansiva em curso; 2) trata-se de estratégia de um governo oportunista, como imaginado em Alesina (1995) e em Nordhaus (1975), que se aproveita da equivocada percepção do público acerca do seu anunciado (e não mantido) empenho estabilizador, na busca de expansão (eventualmente de curto-prazo) da renda e/ou do emprego. Nesse caso, o problema em aberto seria o inevitável déficit de credibilidade de futuras medidas de política econômica que também tivessem um sentido nitidamente antiinflacionário. Sua pior conseqüência, por certo, seria a circunstância expressa pelo quadrante X4 da Figura 2: aquela na qual se impusesse, em momento posterior, a adoção de uma forte política de estabilização (MR) não acreditada pelo público.

A saída usualmente apontada para contornar a inconsistência temporal daquela que seria a política econômica (ótima) capaz de conferir incontrastável prioridade à estabilização (MR) seria a adoção de uma **regra monetária** clara e previamente definida, e da qual não houvesse como a autoridade monetária recuar, mesmo quando isso fosse do interesse do governo.

Para os monetaristas, por exemplo, e para todos os defensores de alguma sorte de Padrão-Ouro, o ideal seria, ao invés da possibilidade de execução de qualquer política a esse respeito -o que sempre pressupõe o arbítrio do seu gestor-, a mera fixação de uma regra monetária duradoura e alinhada com os objetivos da estabilização.

Trata-se de uma perspectiva totalmente afinada com os preceitos mais radicalmente não-intervencionistas que circulam na Economia e na Ciência Política, não sendo casual, por exemplo, a sua afinidade com o discurso da *Public Choice* (Scheffrin, 1989, cap.7). Dessa ótica, a boa moldura para a “gestão” monetária condizente com a manutenção ou a consolidação de um ambiente de baixa inflação seria a que impusesse, ao cálculo racional dos fatores econômicos, a certeza de uma regra absolutamente *previsível* de expansão do dinheiro básico (moeda em poder do público mais reservas bancárias) ou dos agregados monetários, que se prestasse à estabilidade dos preços.

A adoção de um “Regime de Regra” para a gestão da política monetária serviria, inclusive, para superar outra sorte de limitação dos “Regimes de Discrição”, menos destacada na literatura (Schotter, 1990). Nos termos da Fig. 1, acima, pode-se especular sobre qual seria a escolha racional de um típico governo oportunista, sabendo-se que a sua preferência decresce de X1 para X4 ($X_1 > X_2 > X_3 > X_4$). Por um “Critério de Dominância”, ME seria sempre preferível a MR, já que lhe traria maiores benefícios qualquer que fosse a expectativa e a resposta do público à política econômica de fato adotada: afinal $X_1 > X_2 & X_3 > X_4$.

Contudo, considere-se também o que se poderia tratar por “Princípio da Utilidade Esperada”: se o governo acha que o setor privado tem uma boa capacidade de prever a sua real preferência de política econômica -uma suposição defensável, se relaxada a hipótese forte sobre a miopia e a baixa capacidade

³ Para o tratamento de uma política de estabilização nos termos da provisão de um Bem Público típico, vide Sá (1998).

de memória dos eleitores/agentes econômicos-, é outro o resultado. Nesse caso, tidas em conta as possibilidades de aprendizado e de informação dos representados pelo “jogador-coluna”, o ideal seria optar-se por MR, já que, dos dois resultados agora possíveis de se obter, X2 é mais interessante para o governo do que X3.

E dadas as performances divergentes das opções pelo “Princípio da Dominância” ou pelo da “Utilidade Esperada”, não haveria, pois, um curso racional e indisputado para a política monetária do governo. Assim, também não haveria motivo para se esperar por uma estratégia de resposta racional e indisputada por parte do setor privado. O que se configura é um nítido problema de coordenação de estratégias, ainda quando aceita a simplificação de um jogo entre apenas dois contendores (Schotter, 1990).

Com isso, se definem os primeiros obstáculos à chance de “terapia indolor da inflação”, como posta essa noção em Simonsen (1994, p.424). Não é suficiente o anúncio de uma política de expansão zero dos meios de pagamento se o tipo de governo com que se está a tratar é oportunista, no sentido como aqui definido, o usual na configuração mais comum dos jogos de política econômica. Além disso, não haveria como se assegurar, pelo cotejo díspar entre os “Princípios da Dominância” e da “Utilidade Esperada”, que prioridade de política esperar de um governo que atuasse, nesses jogos, com um ordenamento de preferências próprio de um Dilema dos Prisioneiros.

Por fim, note-se ainda a dificuldade adicional de se perceber corretamente e de maneira indisputada a diferença entre um governo “sério” e um governo “frívolo”, digamos assim, no que respeita à busca de controle da inflação. Afinal, nenhum governo teria **perfeito** controle sobre a trajetória mais provável da inflação ou dos custos do seu combate. Além do perfil da política econômica adotada -e mesmo admitindo-se a sua perfeita percepção pelo público e a não ocorrência de qualquer inflexão na sua orientação inicial-, existe sempre a possibilidade de que choques aleatórios dificultem a estabilização, o que prejudicaria, num segundo momento, até mesmo a exata avaliação da ação do governo. Indo ao ponto: o público não tem como distinguir entre o componente “planejado” da inflação corrente -e que resulta do padrão da política econômica- e a sua parcela aleatória, decorrente de choques inflacionários não previstos (Cukierman, Liviatan, 1992, p.444)⁴.

Assim, sem entrar no debate entre os que defendem a opção por um regime de regra para a política monetária e os que tentam demonstrar a superioridade de um arranjo que tenha por eixo um Banco Central independente (Alesina, Summers, 1993), importa enfatizar que políticas antiinflacionárias que não disponham do suporte institucional que lhes permita escapar à tentação de muitos governos de trocar um pouco mais de inflação por um pouco menos de desemprego, sofreriam (pelo menos da suspeita) de nítida inconsistência intertemporal. O risco de mudança de ênfase da política monetária que buscasse atender a “novas” prioridades do governo implicaria um déficit de credibilidade absolutamente danoso à consolidação de um cenário de estabilidade de preços.

E o resultado prático da falta de credibilidade do compromisso antiinflacionário da política econômica seria a adoção, pelos agentes econômicos, de estratégias de precificação e de barganha

⁴ Problemas da natureza dos aqui indicados reforçariam a eventual necessidade de uma política econômica de reforma (Bruno, 1989), que atuasse como elemento de coordenação no trânsito de um equilíbrio inflacionário para um equilíbrio sem inflação, por suposto Pareto-superior.

salarial que evitassem o risco de serem enganados pela alteração da política monetária, do que resultaria a reiteração do que se poderia entender como um típico “jogo inflacionário”.

Contudo, está implícito na literatura sobre os jogos de política econômica que o seu resultado sempre depende, em última instância, das ações do governo. Em outras palavras, uma eventual prioridade à estabilização, especialmente expressa pelo perfil da política monetária, acabaria por se impor, sempre que seguida de maneira consequente e obstinada, e vice-versa. Obviamente, poderiam variar os custos e os prazos de obtenção desse resultado, em função da reputação estabilizadora de cada governo e da respectiva credibilidade de suas políticas. É nesse sentido que opera o dito de que os governos determinam os índices gerais de variação dos preços, cabendo às pugnas distributivas apenas determinar o espectro dos preços relativos (Franco, 1995, p. 257). Uma observação que ampara a evidência de que embora os conflitos distributivos sejam uma norma no funcionamento das diversas economias, apenas em algumas delas se verificam trajetórias de alta inflação.

Aceito este ponto, é inevitável reconhecer os limites de **apenas** se imaginar, para os governos, um ordenamento de preferências *à la* Dilema dos Prisioneiros, quando da tentativa de provisão da estabilização dos preços pela política econômica. O governo cujas escolhas possam ser bem descritas por esse jogo sempre preferirá a estabilidade dos preços à inflação, ainda que prefira, **acima de tudo**, que aquela se busque obter **sem** o seu concurso. **Mas, como se chegar a esse resultado, uma vez aceito o ponto de que aos governos e à sua política econômica cabe, em última instância, a definição do índice geral de variação dos preços na economia?**

A estratégia típica de um governo oportunista -no sentido que aqui se tem emprestado a essa expressão-, que sempre privilegia a expansão real da renda e/ou do emprego às custas da indução de inflação não esperada pelo universo de precificadores, não teria como levar a bom termo qualquer tentativa de estabilização.

Assim sendo, se na imaginação usual dos jogos de política econômica adota-se tal perfil para a ação dos governos, não se contempla a possibilidade de que programas de estabilização sejam eventualmente bem sucedidos, algo reiteradas vezes confirmado na prática. Se se pretende, pois, ampliar o poder explicativo desses jogos, há que abrir o leque dos tipos de governo e das prioridades (reais) de política econômica por eles consideradas. Na próxima seção, trata-se de trabalhar com as hipóteses de governos moderada ou fortemente comprometidos com a prioridade à estabilização, sempre relegadas a um segundo plano em favor do suposto de governos apenas oportunistas.

3. REDESENHANDO OS JOGOS DE POLÍTICA ECONÔMICA

3.1. Uma breve nota sobre a natureza do Mal Público inflação

Antes de tratarmos com outros tipos de governo que não apenas o que lida de maneira oportunista com a anunciada prioridade à estabilização -o que se expressa pela metáfora de um jogador em um Dilema dos Prisioneiros-, uma preliminar merece aprofundamento: a referida à natureza do mal público contra o qual se propõe um programa antiinflacionário.

Nessa linha, há que enfatizar os diferentes incentivos e possibilidades postos pelo combate a:

- 1) uma hiperinflação claramente configurada;
- 2) uma ocorrência inflacionária fortuita em uma economia tradicionalmente estável;
- 3) uma inflação alta e crônica, a que se tem denominado superinflação.

No caso de uma hiperinflação, usualmente reconhecida a partir de taxas mensais de aumento dos índices de preços de 50%, a moeda local tende a perder duas de suas três funções clássicas: a de reserva de valor e a de unidade de conta. Disso resulta inevitável que salários e preços, cada vez mais, sejam referidos em moeda estrangeira, o que fundamentalmente resolve a caducidade dos outros índices de indexação até então vigentes: nesse patamar, afinal, a inflação se torna explosiva, fruto de expectativas *forward looking*⁵, e cada vez menos referida ao passo da inflação passada.

Se o componente inercial perde espaço na explicação dos índices correntes de variação dos preços, o mesmo acontece com a indexação por outros mecanismos que não a referência a alguma moeda estrangeira estável. Mais ainda, se por isso se rompe a hipótese de “estabilidade da alta inflação” -dado o peso agora quase exclusivo do seu componente expectacional-, também por isso se abre a grande possibilidade de sucesso de um programa de estabilização que se baseie na fixação da taxa de câmbio: esta seria a política de rendas sustentável e adequada para o caso de hiperinflações, como claramente posto em Simonsen (1986a, p. 33) e Dornbusch (1992, p. 27). O ponto em aberto teria a ver com a possibilidade de manutenção, com o passar do tempo, da paridade cambial, algo a ser resolvido pela satisfatória resolução prévia dos fundamentos cambiais do plano e pelo controle do nível da atividade econômica -e, secundariamente, do grau de abertura da economia- em patamares que não comprometessem as contas externas pelo excesso de importações.

Numa segunda hipótese, a de economias tradicionalmente estáveis e que por alguma razão fortuita se vejam às voltas com um surto inflacionário, é de se esperar a generalizada percepção desse mal público como algo passageiro. E disso tenderiam a resultar a não-constituição de uma rede de indexadores -mais típica dos casos de inflação persistente-, assim como a não-disseminação de expectativas pessimistas que pudessem implicar a generalização de estratégias “pró”-inflacionárias de precificação e de barganha salarial. A combinação entre uma dimensão expectacional positiva e uma inflação sem componente inercial sugere o seu trato ortodoxo, pela via usual da austeridade fiscal e monetária. Sem maiores problemas de coordenação a resolver entre as estratégias do governo, dos

⁵ Ver Franco (1993).

precificadores e dos sindicatos, isso seria o suficiente em termos de uma política econômica antiinflacionária. (Kiguel, Liviatan, 1992a, p. 53)

Mais complexa seria a tarefa da estabilização de uma superinflação, ou de uma inflação alta e crônica. Nesse caso, nem se têm os altos custos de uma típica desordem hiperinflacionária, distribuídos por toda a sociedade e estrutura econômica, e muito menos se enfrenta uma inflação episódica em economias sem tradição inflacionária: casos em que a instabilidade dos preços vai de encontro às rotinas de agentes e instituições econômicas desaparelhadas para conviver, de maneira satisfatória, com qualquer dessas duas circunstâncias.

Um cenário de superinflação abre a possibilidade concreta de “estabilidade da alta inflação” (Bruno, 1989) e da convivência satisfatória de parte da sociedade com esse “mal público” controverso e tão diversamente percebido (Orenstein, 1992). Afinal, para os bem indexados e para os que tenham alta capacidade de repasse de seus custos nominais em expansão ($h \geq 1$), tende a ser menos interessante a adesão a um programa antiinflacionário, dado o seu ganho na ciranda reconcentradora de renda em curso. Nesse caso, pois, em especial, cabe falar da hipótese de constituição de verdadeiras “coalizões inflacionárias”, refratárias, em princípio, à assunção dos custos da política econômica que priorize a estabilidade dos preços.

Mais ainda, cabe também dizer dos altos riscos de que atitudes de governos oportunistas, *à la* Nordhaus (1975) -como imaginadas nos jogos usuais de política econômica-, insinceros nos seus anúncios de combate à inflação, necessariamente sepultem as chances de reversão da inflação alta e crônica. Como, contudo, estabilizações de economias superinflacionárias ocorrem, há que explorar a hipótese de outros tipos de governo, para que se possa entendê-las.

3.2. Esquemas de Coordenação de Expectativas: Uma Breve Digressão

Nesta parte do trabalho, se buscam definir os contornos do que se poderia tratar por um Jogo de Estabilização. Mantido o anteriormente definido, trata-se de analisar as circunstâncias próprias da tentativa específica de reversão de um quadro de superinflação.

Uma nota preliminar repassa o eixo do tema da coordenação de expectativas e de estratégias entre precificadores, sindicatos e outras parcelas do “agregado governo”, que não o Poder Executivo em âmbito nacional, ao qual se supõe caber a imaginação e a direção da política econômica. Um ponto que remete à forma, aos custos esperados e às chances mesmas de um programa de estabilização.

Resumidamente, se podem adiantar três hipóteses de arranjos de coordenação de expectativas. A primeira, uma política de rendas negociada ou pactuada; a segunda, uma política de rendas compulsória e, por último, uma coordenação mais difusa e decorrente do manejo, pelo governo, de uma política econômica que não recorra a qualquer tipo de intervenção direta sobre preços e/ou salários. Nos dois primeiros casos se teriam **arranjos explícitos de coordenação**, e no último um **arranjo implícito**⁶.

⁶ Vide Acuña, Smith (1996), Franco (1993), Freeman (1988) e Calmfors, Driffill (1988).

A esse respeito, uma qualificação necessária é a que chama a atenção para os requisitos de qualquer das três possibilidades acima alinhadas. Saídas pactuadas exigem alta centralização da representação dos interesses, tanto de precificadores quanto de assalariados. Apenas assim, afinal, se teriam constituídos os atores coletivos à altura de lidar, de forma pactuada, com as demandas e as assimetrias da tentativa de obtenção de um bem público como a estabilização.

Na inexistência do cenário neocorporativo acima referido, políticas de rendas compulsórias não são, contudo, mais do que uma possibilidade. Sua segura indicação dependeria da natureza do mal público inflacionário que se pretende combater⁷ e, talvez mais importante, das condições do gestor da política econômica de impô-las a precificadores e sindicatos, o que nem sempre é factível. E isso, sem esquecer outro risco: a tentação de eventualmente postergar ou mesmo trocar ajustes mais impopulares e mediatos pelos palpáveis resultados de curto-prazo dos controles de preços e salários (Simonsen, 1986). Em outras palavras, o risco de se tratar bens complementares como substitutos.

Assim sendo, ao lado de **arranjos explícitos** de coordenação, pactuados ou compulsórios, entre a política econômica do governo e as expectativas e as estratégias do restante dos agentes econômicos, imagina-se também a hipótese de uma **coordenação implícita**, que resulta, *stricto sensu*, do manejo da política de estabilização. Para o que aqui nos interessa -a imaginação de Jogos de Política Econômica que não se restrinjam ao suposto usual de governos oportunistas (Nordhaus, 1975; Alesina, 1995) e insinceros no seu anúncio de prioridade à estabilização-, esse seria o tipo de arranjo de coordenação a ser mais atentamente considerado.

3.3. Jogos de Política Econômica: Novas Molduras e Novos Atores

Isso posto, passa-se ao que doravante se tratará por Jogo de Estabilização. Dentre os atores envolvidos nessa trama, cabe destaque ao **governo**: gestor do conjunto de políticas que dá forma ao programa antiinflacionário e elemento central da sua possibilidade de sucesso, dados os seus recursos e as suas prioridades.

Por hipótese, supõem-se **três tipos** ideais de governos:

1) primeiro, um forte e prioritariamente voltado para a causa da estabilização, o que implica a disposição de bancar todos os ônus daí eventualmente decorrentes: os tradicionalmente apontados na literatura, em termos de renda e de emprego, e os resultantes do constrangimento tanto à produção de políticas ditas distributivas -bancadas pelos cofres públicos e de benefícios concentrados em determinados grupos ou regiões⁸- quanto a estratégias de precificação e de barganha salarial não condizentes com um ambiente de baixa ou nula inflação;

2) um segundo tipo de governo seria ainda avesso à perpetuação do jogo inflacionário corrente, mas menos disposto e/ou capaz de assumir todos os custos sociais, políticos e econômicos que possam resultar de tal preferência;

3) por último, um governo não envolvido com a prioridade à estabilização.

⁷ Vide Kiguel, Liviatan (1992a).

⁸ Aqui entendidas como políticas custeadas de maneira difusa pelo conjunto da sociedade (Lowy, 1964; Salisbury, 1968).

A taxonomia anterior -por certo simplificadora- se refere às variadas possibilidades e ao diverso interesse de cada tipo de governo na provisão do bem público estabilização, dadas duas ordens de fatores:

1) os incentivos e as estratégias preferenciais de precificação e de barganha salarial próprias de um quadro superinflacionário e os que teriam de impor-se para a consolidação de um cenário de baixa inflação;

2) o grau de obtenção das pré-condições usualmente apontadas como **necessárias** ao sucesso de um programa dessa natureza: níveis mínimos de reservas em moeda forte, boas perspectivas nos flancos fiscal e monetário e suficiente apoio político à prioridade à estabilização.

Feita a diferenciação, pode-se imaginar uma estratégia preferencial e um ordenamento de *payoffs* para cada tipo de governo. Nomeia-se o governo como o jogador-linha (*i*) e o conjunto dos precificadores e dos negociadores sindicais como o jogador-coluna (*j*). O formato *2-person* é suficiente para a apresentação dos ordenamentos de preferências dos três tipos de governos acima definidos.

São supostas, como de praxe, duas possíveis estratégias para *i* e para *j*: cooperar ou não com a tentativa de provisão da estabilização econômica. A atitude cooperativa do governo passaria pela adoção de um conjunto de políticas de caráter fiscal e monetário de sentido restritivo (MR), cujos objetivos seriam: *i*) limitar a produção de políticas distributivas, anteriormente definidas; *ii*) diminuir a capacidade de repasse pelas empresas dos aumentos de seus custos; e *iii*) restringir as possibilidades de sucesso de uma ação sindical agressiva na barganha salarial (em grande medida pelo menor espaço de repasse do conjunto dos precificadores).

Da ótica dos atores representados pelo jogador-coluna, cooperação com o objetivo da estabilização implicaria moderação nas variações pretendidas de preços e de salários, de modo a ajustá-las a um ambiente de equilíbrio não-inflacionário (Bruno, 1989).

Por se supor, aqui, agentes econômicos prioritariamente voltados para a defesa de seus interesses particulares -antes do que para a de alguma sorte de interesse geral-, uma atitude moderada do conjunto de precificadores e de sindicatos resultaria sempre da expectativa, correta ou não, de prevalência de uma política de compromisso crível com a estabilização. De modo análogo, a agressividade na precificação ou na barganha salarial seria fruto da avaliação de que o governo, por escolha ou por suas limitações, continuará sancionando ou acabará por sancionar um cenário de mais alta inflação, já que apenas nesta hipótese se poderia prever a mais fácil acomodação de preços e de salários em expansão.

Isso posto, chega-se à Figura 3, a seguir, na qual, para a primeira linha do jogo, se supõe uma inflação baixa, ainda que, no limite, potencialmente maior no segundo quadrante do que no primeiro, em função dos custos da deserção/não-cooperação de empresas com grande poder de mercado -e, pois, de expansão de seus ganhos pretendidos- e/ou de sindicatos com maior poder de barganha⁹ e agressivos no *front* salarial. Mais desemprego de fatores produtivos, no segundo quadrante, seria a resultante real

⁹ O que supõe a *inexistência* de um alto grau de centralização/coordenação dos processos de negociação salarial.

da combinação entre estratégias “pró-inflacionárias” não sancionadas por uma política econômica fundamentalmente voltada para o objetivo da estabilização (MR).

Raciocínio análogo também explicaria as diferenças entre os dois quadrantes da segunda linha do jogo, onde se tem uma política econômica sem compromisso com a provisão da estabilização econômica ou sem as condições de lhe dar consequência prática¹⁰.

Figura 3

		E SINDICATOS	
		PRECIFICADORES	
		COOPERAM	DESERTAM
COOPERA (MR)	I:(muito) baixa D:normal	I:baixa D:acima do normal	
	I:alta D:abaixo do normal	I:(muito) alta D:normal	
DESERTA (ME)			

I = inflação, D = desemprego.

O mesmo índice esperado de desemprego para o primeiro quadrante da primeira linha e para o segundo da segunda resulta da inicial observância do suposto de que uma eventual inflexão da política econômica **não** teria quaisquer implicações sobre variáveis econômicas reais quando claramente percebida pelo público.

Isso posto, importa relacionar os ordenamentos de preferências esperados para cada tipo de governo. A seqüência do argumento trata de um Jogo de Estabilização com apenas dois contendores -o governo e o conjunto de precificadores e sindicatos-, o suficiente para se especular sobre as consequências da suposição de governos forte ou moderadamente comprometidos com a prioridade à estabilização, para além da hipótese restritiva de governos meramente oportunistas a esse respeito. *In limine*, pode-se descartar, por desinteressante para o nosso problema de provisão da estabilização, o caso de governos (oportunistas) que não tenham tal pretensão, por demais destacado no formato usual dos Jogos de Política Econômica.

3.4. O Jogo da Estabilização (2-Person) com um Governo Fortemente Estabilizador

A ordem das preferências de um governo (*i*) decididamente comprometido com o objetivo de conter a superinflação e com a assunção dos custos de toda ordem daí decorrentes seria **(CC) > (CD) >**

$(DC) > (DD)$ ¹¹, o primeiro elemento do par ordenado descrevendo as estratégias do jogador-linha (*i*) e o segundo as do jogador-coluna (*j*) que, por sua vez, sempre escolheriam entre cooperação (C) ou deserção (D).

Como se pode perceber, tal não corresponde ao ordenamento de preferências de qualquer dos jogos mais conhecidos¹² e sugere a opção de um governo cuja sustentação política dependa primordialmente do seu sucesso no combate à inflação. Pode-se pensar, nesse caso, ou em uma clara e consolidada definição programática, à la Hibbs (1977; 1992), ou em governos de perfil não tão definido mas que, tendo chegado ao poder através do compromisso expresso com a estabilização, dependam de uma boa performance a esse respeito para melhorar as suas perspectivas de nele permanecer. Mais ainda, reconheça-se que o sucesso político dessa radical postura antiinflacionária será tanto mais provável quanto maior o risco de uma aberta desordem hiperinflacionária e/ou quanto mais favoráveis a avaliação e a expectativa acerca da urgência e do sucesso esperado dessa específica tentativa de estabilização. Na ausência de qualquer das condições acima, tendem a diminuir as chances de que a absoluta primazia ao combate à inflação tenha maior fôlego político ou maior apelo eleitoral.

Uma decorrência direta de uma eventual política econômica com essa ordenação de preferências seria a absoluta relativização das versões mais simplistas sobre ciclos econômico-eleitorais, que sempre supõem o sucesso nas eleições como algo necessariamente perseguido por uma política econômica não-restritiva (ME)¹³. E no caso de se ter um cenário de superinflação, é importante lembrar que a adoção de uma política claramente expansionista se faria sobre bases muito instáveis, resultado da combinação entre componentes inflacionários inerciais -responsáveis pelo “piso” da inflação corrente- e expectacionais (ou *forward looking*) -capazes de explicar a sua aceleração tendencial, para além da ocorrência de choques aleatórios.

Outro ponto a esclarecer, se refere ao conteúdo mesmo da combinação de estratégias expressa pelo par ordenado (CD). Suposta uma política econômica minimamente consistente -e, portanto, minimamente capaz na administração de incentivos seletivos-, é inevitável concluir-se que a persistência de tal combinação deve mudar gradativamente o *status quo* prevalecente no seu momento inicial. Em outras palavras, por se acreditar, da ótica desse tipo de governo, na **necessidade** e na **eficácia** de uma política monetária e fiscal restritiva para se obter o realinhamento “não-inflacionário” das estratégias de precificadores e de sindicatos é que se insistiria na sua manutenção, malgrado os seus custos eventuais em termos de variação da renda e do emprego. Assim, um governo absolutamente disposto -por imposição de circunstâncias dramáticas e/ou por opção programática- a enfrentar o difícil trânsito da estabilização de uma economia superinflacionária tem de considerar compensadora (para si) a relação

¹⁰ A retirada dos parênteses no primeiro e no quarto quadrantes recolocaria a Fig.5 em total acordo com a assertiva de que “...o mercado decide sobre os preços relativos e o Banco Central sobre o nível absoluto de preços.” Franco (1995, p. 257). Ambas as visões servem ao nosso argumento.

¹¹ Note-se que a tentativa de se imaginar a política econômica do governo como submetida ao ordenamento de preferências próprio de um Dilema dos Prisioneiros ($DC > CC > DD > CD$) indicaria a inexistência de prioridade à estabilização dos preços.

¹² Dilema dos Prisioneiros: $(DC) > (CC) > (DD) > (CD)$; *Chicken-Game*: $(DC) > (CC) > (CD) > (DD)$; *Stag Hunt*: $(CC) > (DC) > (DD) > (CD)$; *Deadlock*: $(DC) > (DD) > (CC) > (CD)$; ou o *Assurance*: $(CC) > (DD) > (DC) > (CD)$.

¹³ A esse respeito, vide Alesina (1995), Alesina, Rosenthal (1995, esp. cap. 7), Alesina *et al.* (1992), Nordhaus (1975) e Scheffrin (1989, cap. 6).

custos-benefícios da combinação de estratégias expressas por (CD), aí incluídos os ônus decorrentes da obtenção das pré-condições necessárias à viabilização do programa.

Por seu turno, os resultados esperados da permanência neste quadrante (CD) -quer para precificadores, quer para sindicatos-, tenderiam, em média, a uma progressiva deterioração: haveria cada vez menos espaço para a expansão ou mesmo para a manutenção dos ganhos originalmente pretendidos, e seria precária a perspectiva em termos do crescimento da renda (produto) e/ou do emprego.

Note-se que a ordenação de preferências de um governo decididamente estabilizador **jámais** implica que a sua obstinada cooperação nesse sentido, somada à generalizada deserção dos outros contendores, possa ser lida nos termos da posição de um “*sucker*” no Dilema dos Prisioneiros. E isso, pela simples razão de que para **este tipo de governo** o jogo da estabilização não é algo que se possa representar pela metáfora daquele clássico dilema (que permanece útil como eventual expressão da situação dos $n-1$ outros envolvidos).

A questão ainda em aberto diz respeito ao desfecho esperado de tal obstinação estabilizadora. Em outras palavras, considerando-se o gestor da política econômica como um *serious stabilizer*¹⁴, há um equilíbrio tendencial no Jogo de Estabilização quando imaginado como um **Jogo de Tempo com Payoffs Variáveis** (Orenstein, 1992), no qual é cadente a capacidade de repasse pelas empresas de seus custos nominais em expansão e cada vez menos remuneradora a postura agressiva dos sindicatos na negociação dos salários (e do emprego) dos seus representados? Por certo, a resposta exige a definição da(s) estratégia(s) preferencial(is) do conjunto de atores agregados no jogador-coluna (j).

Em princípio, se propõem duas hipóteses de estratégias básicas, com o intuito de orientar esta discussão:

1) para aqueles precificadores com alta capacidade de repasse dos aumentos de seus custos nominais ($h \geq 1$), assim como para os sindicatos com grande poder de barganha -ao nível de empresas ou unidades de negócios isoladas¹⁵, ou representativos de categorias com maior poder de organização-, se imagina, **no limite**, uma ordenação de preferências como a do jogo denominado *Deadlock*: (CD) > (DD) > (CC) > (DC), onde, note-se, o segundo termo do par ordenado, em destaque, indica a estratégia desses atores-coluna com grande poder de mercado ou com alto poder de (super)indexação salarial;

2) numa hipótese mais otimista, pode-se admitir, tanto para este subuniverso de jogadores com maiores recursos de poder, quanto para o restante dos precificadores e das organizações sindicais, a ordenação de um Dilema dos Prisioneiros: (CD) > (CC) > (DD) > (DC).

3.4.1. Governo Fortemente Estabilizador Versus Precificadores e Sindicatos Refratários à Estabilização

Para um jogador-linha (i) imaginado como um governo “obstinadamente estabilizador” (cujas estratégias, como dito, são representadas pelo primeiro termo de cada par ordenado), cabe lembrar que

¹⁴ A expressão é de Cukierman, Liviatan (1992).

¹⁵ O que implica a hipótese de empresas com mais de uma unidade de negócios, sejam elas produtivas ou comerciais, digamos assim.

se supôs uma ordenação de preferências onde $(CC) > (CD) > (DC) > (DD)$. Para o conjunto representado pelo jo.

Note-se que, dadas essas hipóteses, todos têm estratégias dominantes. Para **este tipo de governo**, como $(CC) > (DC)$ e $(CD) > (DD)$, a estratégia dominante é a cooperação Incondicional (C^∞), o que, reitere-se, neste caso não implica a posição de um *sucker* em um Dilema dos Prisioneiros, dado ser outro o jogo em questão.

Para um jogador-coluna (j) com uma ordem de preferências passível de se expressar pela metáfora de um *Deadlock*, também se tem uma estratégia claramente dominante: como, neste caso, $(CD) > (CC) > (DD) > (DC)$, o que prevalece é a opção pela Deserção Incondicional (D^∞). Qualquer que seja a estratégia **inicial** do governo, se preferirá, pelo menos em princípio, desertar.

O elemento complicador e indicador de incondicionalidade (desertora), neste caso, é o fato de se ter $(DD) > (CC)$, a garantia de que não se trata aqui com atores que, pelo menos em princípio, tenham qualquer interesse na provisão do bem público estabilização. Isso, é claro, uma vez mantida a hipótese de que a superinflação em curso -com a qual eles convivem satisfatoriamente- não implique, a curto-prazo, o risco de efetiva desordem hiperinflacionária (com a qual, por definição, não existiria a chance de convivência satisfatória). Se não se recorre, pois, à saída teórica “fácil” da emergência de uma desordem hiperinflacionária, e sendo para o nosso jogador-coluna, por isso mesmo, a deserção universal preferível à cooperação universal ($DD > CC$), está afastada a hipótese de sua **voluntária** cooperação condicional.

Há, assim, nessas condições, que resolver algo mais do que um “mero” problema de coordenação entre *players* que, ainda quando preferindo a cooperação universal à deserção universal, não tenham, por si sós, como chegar àquela sem os altos riscos de obter o que seria o seu pior resultado: cooperar sem reciprocidade, como também acontece a um *sucker* em um Dilema dos Prisioneiros. Aqui, o jogo em curso seria de outra natureza: ter o ordenamento de preferências de um *Deadlock player* como o eixo de sua inserção no jogo inflacionário corrente e, em função disso, em nenhuma hipótese aderir **voluntariamente** ao esforço pela estabilização, **uma vez mantidas as condições de permanência dessa ordenação**.

A questão primordial ainda por tratar, diz respeito ao resultado mais provável da contraposição entre a obstinação estabilizadora do governo e a (inicial) percepção pelo público (jogador j) da ação coletiva para tanto exigida nos termos de um *Deadlock game*.

À primeira vista, como a política econômica esperada é de Cooperação (MR) a todo custo, e a Deserção é a estratégia do nosso hipotético jogador-coluna, o quadrante (CD) seria o equilíbrio deste jogo misto entre governo (i) e precificadores/sindicatos (j): o resultado predileto de cada elemento representado pelo jogador-coluna e a segunda melhor posição do jogador-linha.

Contudo, uma qualificação importante: tal seria o equilíbrio de um jogo *one shot* ou, se não tanto, o seu equilíbrio apenas por um determinado período de tempo. Isso, porque o jogo de estabilização, nas condições por ora estabelecidas, é antes um Jogo de Tempo -ou de *payoffs* variáveis ao longo do tempo- que um mero *supergame* que apenas repita, indefinidamente, os **mesmos** resultados para cada combinação de estratégias.

O que esperar, pois, da manutenção de (CD) por repetidas rodadas? Por se tratar de um governo resolutamente estabilizador, supõe-se como resolvida a obtenção do mínimo de condições exigido por essa pretensão, inclusive o controle sobre a produção de políticas distributivas: algo apenas possível no caso de uma bem sucedida interação com o Poder Legislativo em âmbito nacional, com os governos de unidades subnacionais, com as clientelas-alvo de tais políticas e com os próprios setores do Executivo mais refratários a essa exigência.

Para o que nos interessa mais diretamente, tal implica ter disponíveis os recursos políticos e econômicos para atuar sobre o que define as preferências de qualquer contendor representado pelo jogador-coluna: no caso, a capacidade de repasse das variações nominais de seus custos para os seus preços (h), ou a variável possibilidade de indexação dos salários de seus representados. Como visto anteriormente, os seguintes fatores minam as hipóteses de excessos em termos de repasse ou indexação:

1) maior exposição da produção local à competição com importados, o que exige a manutenção de um nível razoável de reservas internacionais, abertura comercial e alguma sorte de “âncora cambial”;

2) controle da trajetória de variação da demanda agregada interna e diminuição do poder de mercado de oligopolistas locais -o que em parte resulta de regulação específica e em parte decorre da própria abertura comercial;

3) desaquecimento da oferta de empregos, em especial nos setores e regiões com maior nível de organização sindical, o que também se consegue como resultado da modernização tecnológica de empresas agora submetidas à maior concorrência com importados e/ou órfãs da política cambial que antes mantinha a competitividade-preço das suas exportações através de desvalorizações próximas dos índices correntes de inflação, independentemente da evolução dos seus custos locais. Um outro ingrediente possível contra a ação do poder sindical é a desregulamentação das relações capital-trabalho e a liberalização da própria constituição da representação dos trabalhadores. Da ótica **estrita e imediata** de um programa de estabilização, esses seriam componentes que, por exemplo, facilitariam o trânsito de uma estrutura de nível intermediário de centralização para uma de nível muito mais baixo, o que permitiria uma perspectiva de maior flexibilidade dos sindicatos nos processos de barganha salarial (Calmfors, Driffil, 1988; Freeman, 1988).

Como se percebe, um conjunto de políticas que impõe custos concentrados sobre atores organizados, em nome do benefício difuso e, em princípio, incerto da estabilização.

Se imaginarmos, contudo, a suficiente consolidação desses processos e requisitos e a manutenção do viés estritamente antiinflacionário da política macroeconômica de curto-prazo (MR), é inegável que as vantagens anteriores do favorecido subgrupo de precificadores e de sindicatos aqui considerado tendem a se perder. Nos termos do nosso jogo, tal significaria, para os contendores representados pelo jogador-coluna, a retribuição cada vez mais parca da posição (CD). Com o passar do tempo, tal indicaria o resultado (CC) como o que se deve esperar da repetida interação entre um governo decididamente estabilizador e o subconjunto de precificadores e sindicatos que, por seus recursos de toda ordem, possam inicialmente encarar o jogo de estabilização nos termos de um *Deadlock game*.

Note-se que o suposto básico que anima o resultado aqui indicado é o de que se esteja a tratar com um **Jogo de Tempo com Payoffs Variáveis**, no qual os ganhos do jogador-coluna no quadrante

(CD) são gradativamente erodidos. Como a sua segunda preferência -(DD)- não tem como se realizar, dada a clara opção do jogador-linha por cooperar com o projeto de estabilização, se **imporia** o seu terceiro melhor resultado -(CC)-, que é o preferido pelo governo estabilizador.

Não se trata, nesse caso, de cooperação condicional no sentido em que esta é usualmente pensada no contexto de *supergames*¹⁶, que meramente repetem, a cada rodada, os mesmos ganhos em cada quadrante. Até porque, por definição, mantidos os *payoffs* da primeira rodada do jogo e o ordenamento de preferências típico de um *Deadlock game*, não se coloca a hipótese de cooperação condicional do jogador-coluna.

Ampliado o raciocínio para n contendores, não mudam as suas conclusões básicas. De modo **desigual** -dado que uns sofrem mais do que outros os rigores de uma maior abertura comercial, de um desaquecimento de demanda, de restrições de crédito e da quebra de seu poder de mercado ou de representação sindical¹⁷, assim como os efeitos de eventuais políticas de rendas que imponham controles de preços e salários¹⁸-, mantidas as balizas da política de estabilização, *ceteris paribus* esta tenderia a se impor. Certamente com maiores custos econômicos e sociais, quanto menos crível essa prioridade e mais duradoura a sua convivência com o apego a estratégias de precificação e de barganha salarial próprias de um regime de superinflação. Assim, permaneceriam válidas as indicações relativas à utilidade de políticas de rendas como elemento de coordenação e de rebaixamento dos custos da estabilização: é claro, sempre que **possíveis e não-substitutas** da obtenção do conjunto de condições e fundamentos exigido por um programa antiinflacionário consistente.

A alta capacidade de retaliação às históricas estratégias “pró-inflacionárias” dos jogadores *j* (coluna) e a nova perspectiva de sobrevivência satisfatória desses em um equilíbrio de baixa ou inexistente inflação seriam os trunfos de um governo com os recursos e a decisão de manter uma obstinada estratégia de não acomodação em relação à superinflação. O que se anuncia, na esteira da obstinação estabilizadora aqui suposta¹⁹, é o benefício médio cada vez menor, para os representados pelo jogador-coluna, de se manterem como (*free riders* ou) *foul dealers* (Petitt, 1987): dada a diminuição de seu poder de repasse de custos a preços ou a da possibilidade de ver acatadas pedidas salariais muito altas. Por tudo isso, seria de se esperar por uma avaliação menos pessimista quanto aos riscos de que uma atitude cooperativa não fosse suficientemente retribuída pelos outros contendores e pelas novas condições da economia.

3.4.2. Governo Fortemente Estabilizador *Versus* Precificadores e Sindicatos Propensos à Estabilização

Uma segunda hipótese de interação mantém o governo com o mesmo compromisso prioritário com a estabilização, agora encarada pelo conjunto de precificadores e de sindicatos nos termos de um

¹⁶ Vide Axelrod (1984), Dixit, Nalebuff (1991) e Taylor (1987).

¹⁷ Pode-se pensar na quebra do monopólio de representação por categorias e/ou por determinado espaço geográfico, assim como no fim do caráter compulsório das contribuições sindicais.

¹⁸ Sobre este último ponto, vide Camargo, Giambiagi (1991, cap. 9) e Camargo, Ramos (1988), para uma discussão aplicada ao caso brasileiro.

Dilema dos Prisioneiros: $(CD) > (CC) > (DD) > (DC)$. Neste jogo, à diferença do que acontece no *Deadlock*, os jogadores-coluna preferem a cooperação universal (CC) à deserção universal (DD) -ainda que mais prefiram em nada contribuir para esse resultado-, o que abre espaço para a sua cooperação condicional²⁰.

Assim, além da especulação quanto ao resultado mais provável desse novo padrão de interação, cabe anotar em que condições se poderia esperar a emergência de cooperação voluntária, por parte dos elementos representados pelo jogador-coluna, para o provimento do bem público estabilização.

Dada a combinação entre a ordem de preferências do que se tem tratado por jogador-governo (i) $-(CC) > (CD) > (DC) > (DD)$ - e a do agregado precificadores-sindicatos representado na coluna (j) $-(CD) > (CC) > (DD) > (DC)$ -, é lícito afirmar que o equilíbrio previsto será a cooperação universal (CC ou $C\infty$). Isso, obviamente, após o tempo necessário para que se tire da posição de *free rider* (CD) o atrativo que ela tem para precificadores e sindicatos e da atitude de cooperação o risco de que ela se transforme em cooperação não (suficientemente) retribuída. Isso, é claro, ainda considerado o jogo antiinflacionário nos termos de um Jogo de Tempo com *Payoffs* Variáveis, como antes definido.

Como no caso anterior (hipótese em que j estava jogando um *Deadlock game*), na prática há apenas dois resultados possíveis dentre os quatro indicados $-(CC)$ e (CD) -, dado que, por suposto, um governo obstinadamente estabilizador **sempre** praticará a política econômica que busque esse resultado (MR).

Em outras palavras, frente a um governo com esse perfil -o que, por hipótese, pressupõe a obtenção das condições de toda ordem exigidas para a persistência de MR-, a opção de deserção só existe para o conjunto de precificadores e de sindicatos de trabalhadores, de modo evidentemente diferenciado²¹, por um período de tempo limitado. Este, por sua vez, será função, a saber:

1) dos graus de liberdade de que disponha o governo e da intensidade com que possa insistir na sua prioridade à estabilização;

2) da dimensão em que seja percebida como crível a sua estratégia de obstinado estabilizador (e, em um arranjo com n jogadores, do grau em que cada jogador j avalie a generalização desta avaliação entre os restantes jogadores-coluna²²);

3) da natureza dos mecanismos de coordenação à disposição do programa antiinflacionário: se também baseado em políticas de rendas eficazes -pactuadas ou compulsórias-, ou se ancorado na abertura comercial, no controle da demanda interna e no esvaziamento da ação sindical.

Mantida a hipótese da estabilização na moldura especial de um Jogo de Tempo em que minguam -para j - tanto os benefícios da deserção unilateral (CD) quanto os riscos de que a sua cooperação não seja (suficientemente²³) retribuída, aumentam as chances de que a cooperação universal (ou suficiente)

¹⁹ O que corresponderia, na linguagem de Scharpf (1987), a um governo com “compromisso monetarista” ou, mais exatamente, às preferências usualmente supostas como as de um Banco Central independente.

²⁰ Vide Axelrod (1984), Dixit, Nalebuff (1991, cap. 4) e Taylor (1987).

²¹ As exportações e a produção local mais exposta à concorrência com importados, assim como os sindicatos das categorias empregadas nestes setores, tenderiam a ser mais rapidamente forçados a uma atitude cooperativa.

²² Como bem notado em Simonsen (1986).

²³ A ideia de *suficiência* aponta para a circunstância de “desagregação” do jogador-coluna, ou para um jogo com n contendores.

seja o seu resultado. E isso, tanto na hipótese de que inicialmente os precificadores e os sindicatos encarem o programa antiinflacionário nos termos de um Dilema dos Prisioneiros, quanto na de que o encarem nos de um *Deadlock game*.

3.5. O Jogo da Estabilização (2-Person) com um Governo Moderadamente Estabilizador

Há que reconhecer que nem todo governo é ou pode ser tão resolutamente estabilizador, como até aqui imaginado. Mantidas, em princípio, as duas ordenações de preferências previstas para o conjunto de atores representados pelo jogador-coluna, tratamos agora do caso de um governo fraca ou precariamente comprometido com a prioridade à estabilização: ou por opção programática e/ou por carência das condições e dos meios para tanto exigidos.

E para um governo com este novo perfil, uma boa hipótese de ordenação de preferências seria a do jogo denominado *Stag Hunt*: $(CC) > (DC) > (DD) > (CD)$.

Assim, pode-se indicar, **com certeza**, que este seria um governo capaz de bancar um programa de estabilização tão-somente no caso de uma definição **negociada**, nesse sentido, com o conjunto de precificadores (e sindicatos) representados pelo jogador-coluna, o que se expressa pela “distância” entre (CC) e (CD) . Contudo, a eficácia de sua política econômica, dadas as exigências da estabilização de uma economia superinflacionária, dependeria de um **pacto** apenas capaz de ser desenhado sob a vigência de um típico arranjo neocorporativo. A alta centralização, de fato e de direito, e a unicidade mesma das representações de cúpula dos empresários e dos trabalhadores seriam as pré-condições necessárias para fazer valer -pelo enquadramento de *free riders* ou *foul dealers* potenciais- as definições exigidas pela implementação do programa econômico.

A combinação entre superinflação e representação de interesses de tipo neocorporativo é um caso raro, mas possível de se exemplificar com a política antiinflacionária adotada em Israel em 1985 (Simonsen, Dornbusch, 1987).

Afora essa configuração muito especial dos arranjos de cúpula dos interesses de precificadores e de sindicatos, a partir da qual se pode resolver de forma pactuada²⁴ a provisão da estabilização, para o restante dos casos continua pertinente imaginar-se o **público** como percebendo o jogo de estabilização nos termos de um Dilema dos Prisioneiros ou mesmo nos de um *Deadlock game*. E esta será uma hipótese tanto melhor quanto mais difundida a expectativa de que se está a tratar, afinal, com um governo apenas tangencialmente comprometido com a prioridade à estabilização, o que por certo compromete a credibilidade de qualquer pretensão antiinflacionária.

3.5.1. Governo Moderadamente Estabilizador *Versus* Precificadores e Sindicatos Refratários à Estabilização

²⁴ O que não decorreria de qualquer suposto “altruísmo” dos representados pelo jogador-coluna, mas do seu especialíssimo perfil organizacional e da natureza da política proposta. Vide, a respeito, Olson (1986).

Isso posto, dada a ordem de preferências imaginada para este segundo tipo de governo -(CC) > (DC) > (DD) > (CD)-, não haveria como se obter quer o primeiro quer o segundo dos seus resultados prediletos.

No caso de o público (*j*) agir com as preferências de um *deadlock player* -(CD) > (DD) > (CC) > (DC)²⁵ -, jogará preferencialmente deserção. Isso abre para o governo a chance de obter ou o seu pior resultado (CD) ou o seu segundo pior resultado (DD).

Diversamente do que ocorria no caso de uma política econômica resolutamente estabilizadora, a idéia agora subjacente ao nosso argumento é a de que o governo não se dispõe -por razões programáticas e/ou em função do (pragmático) reconhecimento da insuficiência dos seus meios- a persistir assumindo os custos da isolada cooperação (MR) não correspondida, que é o que tenderia a resultar da busca intempestiva do seu melhor resultado (CC). O que se espera, pois, é a retração de sua eventual e passageira “tentação cooperativa”, o que, combinado à deserção esperada do jogador-coluna, implicaria (DD): o seu segundo melhor resultado e o segundo pior do governo.

3.5.2. Governo Moderadamente Estabilizador *Versus* Precificadores e Sindicatos Propensos à Estabilização

Na hipótese de se ter o público encarando o jogo de estabilização nos termos mais favoráveis de um Dilema dos Prisioneiros -(CD) > (CC) > (DD) > (DC)-, cabe anotar a reabertura da possibilidade de sua cooperação condicional, dado se ter (CC) > (DD). Nesse caso, porém, grande parte da dificuldade para que vingue um resultado de cooperação universal tem a ver com o próprio caráter do governo -não mais movido pela obstinação estabilizadora anteriormente suposta- e com a nova ordenação das suas preferências. Afinal, ao se mostrar inicialmente cooperativo, o jogador-linha tanto abre a possibilidade de que o público (*j*) obtenha o seu segundo melhor resultado (CC), quanto o seu melhor resultado (CD). A tentação de deserção está posta, ainda que ao risco de se obter , logo a seguir e pela eventual inflexão da política econômica, o parco prêmio de (DD): pior resultado, para o jogador-coluna em um Dilema dos Prisioneiros, do que o correspondente à cooperação universal (CC).

Para o conjunto de precificadores e sindicatos, o problema em aderir ao inicial e moderado empenho cooperativo do nosso jogador-linha é de intrincada solução. Na hipótese de um jogo de apenas dois contendores, a correta percepção das preferências (de política econômica) do jogador-linha, tanto pode sugerir, como se viu, a obtenção do segundo melhor resultado para os representados pelo jogador-coluna e o preferido do governo -(CC)-, quanto a busca da posição de maior benefício (de **curto-prazo**) para o público e a pior para o governo (CD). Nesse caso, o fator crítico da decisão do jogador-coluna será a **tакса де desconto** ($1-a$)²⁶ pela qual precificadores e/ou sindicatos atualizam valores futuros: se ela

²⁵ Aqui representadas, como anteriormente, pelo segundo termo, em destaque, do par ordenado.

²⁶ Cujo valor varia no intervalo fechado entre 0 e 1.

for muito alta²⁷, indicando que só importam os ganhos que se possam obter no curto-prazo, fica favorecida a opção pela não-cooperação. E vice-versa²⁸.

A dificuldade referida à formação de melhores expectativas pelo público quanto ao valor presente de ganhos futuros se ligaria às precárias condições do governo de manter-se alinhado à sua estratégia cooperativa inicial (MR) - a não ser na hipótese de uma política de corte neocorporativo, pactuada com o conjunto de precificadores e sindicatos: seja por suas definições programáticas, seja pela precária obtenção das pré-condições de operacionalização do programa, seja por ambas as coisas.

Uma eventual prioridade à estabilização, anunciada por um governo com essas limitações, não soaria crível, não teria como se realizar na prática e indicaria o cenário de retorno à acomodação da inflação como o mais provável. E, assim, o conjunto de interesses representado pelo jogador-coluna não teria porque abdicar de sua inclinação preferencialmente não-cooperativa.

4. CONCLUSÕES

No argumento anteriormente desenvolvido, tratou-se de imaginar novos perfis de gestão de política econômica que incorporassem a hipótese de governos não oportunistas a respeito da prioridade à estabilidade dos preços.

Inicialmente, imaginou-se a atuação do jogador-linha (*i*) como a do que se tratou por um Governo Fortemente Estabilizador, cujo ordenamento de preferências no Jogo de Política Econômica, dadas as opções entre Cooperar (C) ou Desertar (D) da prioridade à estabilização, seria $(CC) > (CD) > (DC) > (DD)$.

Além disso, considerou-se a possibilidade de que o conjunto de precificadores/sindicatos representado pelo jogador-coluna (*j*) atuasse ora com o ordenamento de preferências típico de um ator refratário à prioridade à estabilização, ora com o de um jogador propenso à cooperação nesse sentido. Respectivamente, e destacada a estratégia desse conjunto pelo segundo membro de cada par ordenado, ter-se-ia: $(CD) > (DD) > (CC) > (DC)$, para o refratário à estabilização; e $(CD) > (CC) > (DD) > (DC)$ para o propenso.

Em ambas as hipóteses de confronto entre esses ordenamentos de preferências e o de um Governo Fortemente Estabilizador, obteve-se, na moldura de um Jogo de Tempo com *Payoffs* Variáveis, a indicação de equilíbrio tendencial dos jogos em (CC), o que contempla hipótese jamais contemplada nos jogos usuais de política econômica: a de que a política-ótima, nesse caso a de prioridade à estabilização, venha a se consolidar, superando os riscos de sua sempre proclamada inconsistência temporal. Um resultado que, afinal, explica o sucesso de tantos programas de estabilização, sem abrir mão do suposto de agentes econômicos racionais e maximizadores.

Além disso, trabalha-se com um novo desenho para os Jogos de Política Econômica, que incorpora ao debate a idéia de **governos partidários**²⁹, à la Hibbs (1977; 1992). Nesse caso, trata-se de

²⁷ O que supõe o baixo valor do **fator** de desconto **a**.

²⁸ Vide, a respeito da *shadow of the future*, Axelrod (1984).

considerar a existência de governos sinceramente devotados à estabilidade dos preços -e, pois, não-oportunistas, à la Nordhaus (1975). Aliás, nunca é demais enfatizar que a vasta produção a respeito da verificação dos chamados ciclos econômico-eleitorais confirma o suposto de governos partidários como o de maior poder explicativo da relação entre as motivações dos governos para as suas escolhas de política econômica e os resultados dessas sobre a economia (Alesina, 1995; Alesina, Rosenthal, 1995).

Isso feito, tratou-se também de contrapor os dois ordenamentos de preferências imaginados para o conjunto de precificadores/sindicatos (a respeito da estabilização) à hipótese de um Governo Moderadamente Estabilizador, para o qual se teria $(CC) > (DC) > (DD) > (CD)$ ³⁰. Nessa circunstância, onde também não se tem um governo oportunista em relação à anunciada prioridade à estabilização, a hipótese de sucesso do combate à inflação fica restrita à possibilidade de que se obtenha uma saída **pactuada** com o jogador-coluna. Um arranjo apenas ao alcance de sociedades com uma organização e representação de interesses de tipo neocorporativo, e que, portanto, apenas se presta ao entendimento desse caso especialíssimo de interação entre governo e agentes econômicos.

Assim, e em especial para o tratamento satisfatório da reversão bem sucedida de n casos de inflações altas e crônicas, há que considerar, como aqui, a hipótese de **governos** (partidários e, pois, não oportunistas) **fortemente estabilizadores**, única maneira de se superar o risco de inconsistência temporal da prioridade à estabilização.

²⁹ Refere-se a governos que de fato priorizam e tentam implementar as suas preferências anunciadas de políticas, quaisquer que sejam essas.

³⁰ As estratégias do Governo (*i*), como usual, se indicam pelos primeiros membros dos pares ordenados.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de (1993). Do possível ao desejável: lógicas de ação coletiva e modelos de desenvolvimento. In VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) *Brasil: a superação da crise*. São Paulo: Fórum Nacional/Nobel.
- ACUÑA, Carlos, SMITH, William (1996). The political logic of support and opposition to neoliberal reform. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.9-50.
- ALESINA, Alberto (1995). Elections, party structure and, and the economy. In BANKS, J., HANUSHEK, E. (eds.). *Modern political economy*. New York: Cambridge University Press.
- , SUMMERS, Lawrence(1993). Central Bank independence and macroeconomic performance: some comparative evidence. *Journal of Money, Credit and Banking*, Columbus, v.25, n.2.
- , ROSENTHAL, Howard (1995). *Partisan politics, divided government, and the economy*. New York: Cambridge University Press.
- AMADEO, Edward., Institutional constraints to economic policies (1991). *Textos para discussão*, n. 261. Rio de Janeiro: PUC-Economia.
- , CAMARGO, J. M.(1991). Mercado de Trabalho e Dança Distributiva. In J. M. Camargo, F. Giambiagi (orgs.), *Distribuição de renda e dança distributiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AXELROD, Robert (1984). *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- BRUNO, Michael (1989)., Econometrics and the design of economic reform. *Econometrica*, v.57, n.2, Mar.
- CALMFORS, Lars., DRIFFILL, John (1988), Centralization of wage bargaining. *Economic Policy*, 6, April.
- CAMARGO, José Márcio, RAMOS, Carlos Alberto (1988). *A revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Campus.
- CUKIERMAN, Alex, LIVIATAN, Nissan (1992). The dinamics of optimal gradual stabilizations. *The World Bank Economic Review*, Washington, v.6, n.3.
- DIXIT, A. K., NALEBUFF, B. J. (1991). *Thinking strategically*: the competitive edge in business, politics and everyday life. New York: Norton. 393p.
- DORNBUSH, Rüdiger (1992). Lessons from experiences with high inflation. *The World Bank Economic Review*, Washington, v.6, n.1.
- FRANCO, Gustavo Henrique Barroso(1993). Alternativas de estabilização: gradualismo, dolarização e populismo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.13, n.2(50), Abril-Junho.

- (1995). *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.
- FREEMAN, Richard (1988). Labour markets, institutions and economic performance. *Economic Policy*, 6, April .
- GORDON, Robert (1975). The demand for and supply of inflation. *The Journal of Law and Economics*, Chicago, vol.XVIII, n.3, Dec.
- HIBBS, Douglas (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, 71, p. 1467-87.
- (1992). Partisan theory after fifteen years. *European Journal of Political Economy*, 8, p. 361-74.
- KIGUEL, Miguel., LIVIATAN, Nissan (1992). When do heterodox stabilization programs work?: lessons from experience. *The World Bank Research Observer*, Washington, v.7, n.1, January.
- KYDLAND, Finn., PRESCOTT, Edward (1977). Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. *Journal of Political Economy*, Chicago, v.85,n.3.
- LOWY, Theodore (1964). American business, public policy, case-studies, and political theory. *World Politics*, Princeton, vol.XVI, n.4, Jul.
- MUTH, John (1961). Rational Expectations and the theory of price movement. *Econometrica*, 29, July.
- Nordhaus, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, 42, p. 169-90.
- OLSON, Mancur (1965). *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University.
- (1982). *The rise and decline of nations*. New Haven: Yale University.
- (1986). A theory of the incentives facing political organizations. *International Political Science Review*, v.7, n.2, April 1986.
- , Collective Action. In: EATWELL, John. et al (eds.) *The new Palgrave: a dictionary of economics*, vol.1, p.474-477. London: The MacMillan, 1988.
- ORENSTEIN, Luiz (1992). Jogos da ação coletiva. Rio de Janeiro: IUPERJ (Tese de Doutorado em Ciência Política).
- PETITT, Philip (1987). Free riding and foul dealing. *The Journal of Philosophy*, v.83, n.7. s.l.
- SÁ, William (1998). *Jogos inflacionários e jogos de estabilização: uma economia política do combate à inflação alta e crônica*. Rio de Janeiro: Revan-IUPERJ.

- SALISBURY, Robert (1968). The analysis of public policy: a search for theories and roles. In RANNEY, Austin (ed.). *Political science and public policy*. Chicago: Markham Publishing Company.
- SARGENT, Thomas., WALLACE, Neil (1976). Rational expectations and the theory of economic policy: studies in monetary economics. *Journal of Monetary Economics*, v.2, n.2.
- SCHARPF, Fritz (1987). A game-theoretical interpretation of inflation and unemployment in western Europe. *Journal of Public Policy*, Cambridge, v.7, n.3.
- SCHOTTER, Andrew (1990). *Free market economics*. Oxford & Cambridge (Ma.): Blackwell.
- SHEFFRIN, Steven (1983). *Rational Expectations*. New York: Cambridge University Press.
- (1989). The making of economic policy: history, theory, politics. Cambridge (Ma.) & Oxford: Basil Blackwell.
- SIMONSEN, Mário Henrique (1994). *Ensaios analíticos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- (1986). Experiências antiinflacionárias: lições da história. In REGO, J., (org.) *Inflação inertial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1986a). Rational expectations, income policies and game theory. *Ensaios Econômicos*, n.90. Rio de Janeiro: FGV-EPGE.
- , DORNBUSH, Rudiger (1987). Estabilização da inflação com o apoio de políticas de rendas:... *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.41, n.1, Jan-Mar.
- SNIDAL, Duncan (1979). Public goods, property rights and political organizations. *International Studies Quarterly*, San Francisco, vol.23, n.4, Dec.
- SOSKICE, David (1990). Wage determination: the changing role of institutions in advanced industrialized countries. *Oxford Review of Economic Policy*, Oxford, v.6, n.4.
- TAYLOR, Michael (1987). *The possibility of cooperation*. Cambridge: Cambridge University.